

LEI N.º 4.519/2023 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023.

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO  
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL  
INTERESSE PÚBLICO DE  
PROFISSIONAIS PARA ATUAREM  
JUNTO AO CENTRO EDUCACIONAL  
MUNICIPAL RAIO DE SOL E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE CACEQUI-RS, Sra. ANA  
PAULA MACHADO DEL'OLMO, no uso de suas atribuições legais,

Faço Saber, que a Câmara Municipal de Vereadores  
aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Município de Cacequi autorizado a  
contratar pelo lapso temporal da formalização do contrato até a data de  
20 de dezembro de 2023, por ocasião do término do ano letivo, em razão  
de excepcional interesse público, a fim de oferecer atendimentos  
especializados no CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL RAIO DE SOL,  
servidores para os cargos em quantidades, cargas horárias e  
remunerações, conforme demonstrativo abaixo:

CARGO/FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO	QUANTIDADE
Professor de Pedagogia, com especialização na área de Educação Especial.	20 h	R\$ 1.600,00	03
Professor de Educação Especial, com especialização na área de Neuropsicologia.	40 h	R\$ 3.200,00	01
Psicólogo	40 h	R\$ 3.500,00	02
Assistente Social	40 h	R\$ 3.500,00	01



Art. 2.º A finalidade das contratações é o cumprimento aos serviços essenciais a serem prestados aos assistidos naquele setor especializado na área de portadores de necessidades especiais;

§ 1.º As atribuições dos cargos e as exigências para o provimento são aquelas definidas na Lei 1810/98 que dispõe sobre o Quadro de Cargos e Funções dos Servidores Públicos Municipais;

§ 2.º As referidas contratações pretendidas obedecerão a ordem de classificação do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 67/2022 – CADASTRO RESERVA, condicionado a aceitação dos classificados que atenderem aos requisitos para preenchimento dos cargos, devendo os contratados desenvolverem suas atividades junto a Secretaria de Educação, mais especificamente no CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL RAIOS DE SOL;

Art. 3.º Os contratos de que tratam o art. 1.º, desta Lei, serão de natureza administrativa, ficando assegurado aos contratados o direito previsto no art. 197 da Lei 2.520/2005, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais;

Art. 4.º As despesas decorrentes da presente lei serão atendidas pela dotação própria do orçamento vigente;

Art. 5.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, EM 14 DE FEVEREIRO DE 2023.

  
ANA PAULA MENDES MACHADO DEL'OLMO  
PREFEITA MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se,

  
ALDENIR SOARES DA COSTA  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO